

## Prefácio do editor

Nessa manhã de 1 de Maio de 1989, em que David Joseph Webster (n. ex-Rodésia do Norte 1945) foi assassinado à queima-roupa à porta da sua casa por agentes ligados às Forças de Defesa da África do Sul, ele tornou-se um ícone do movimento pela liberdade e igualdade racial no estertor final do brutal regime do *apartheid*. O livro que agora publicamos em tradução portuguesa, e que foi a sua tese de doutoramento, é o principal legado da obra académica realizada anteriormente à sua conversão à militância política. Publicamo-lo em português por estarmos convencidos do seu intrínseco valor intelectual, mas sobretudo por considerarmos que se trata de uma contribuição única para a história de Moçambique e o conhecimento das suas gentes.

O texto tem uma história complexa. Em 1969, acompanhado da sua jovem esposa, Glenda, David Webster iniciou a primeira de uma série de longas estadas de terreno entre os chopes – um povo rural da zona costeira do Sul de Moçambique tornado internacionalmente famoso pela excelência da sua música. Esta estada inicial de onze meses em três povoações rurais na bacia inferior do Inharrime seria prolongada por repetidas visitas mais curtas até 1972, tendo realizado ao todo quinze meses de trabalho de terreno.

A última tentativa de visitar o país, porém, no calor do período da independência, em 1976, foi gorada por uma trágica falta de compreensão por parte das novas, e ainda pouco experientes, autoridades, que não souberam interpretar as motivações benévolas do jovem trio de académicos brancos do qual David e Phil Bonner faziam parte. Foram aprisionados e logo expulsos por terem tirado fotos às mulheres que passavam na rua vestidas com capulanas vistosas gravadas com a imagem de Samora Machel.

Assim, quando a tese de doutoramento é examinada, nesse mesmo ano, já Webster tinha consciência de que o estudo que fizera correspondia a uma época irremediavelmente passada. O último parágrafo da obra

aponta precisamente para essa consciência, ainda ténue, de que tudo mudaria. Mal podia ele imaginar, porém, os traumas pelos quais o país e os seus habitantes iriam passar na década seguinte. Face a eles, o detalhadíssimo estudo da sociedade rural chope que David teve oportunidade de realizar assume um valor único como documento histórico de um período e de uma forma de vida que continuam a fazer parte do legado histórico moçambicano, mas que já terminaram.

Mais ainda, por ter realizado o seu trabalho de terreno durante o período tardo-colonial (1961-1976) – em que a opressão colonial fora mitigada, verificando-se uma relativa acalmia da violência inter-racial –, o autor não encontrou impedimentos de monta nas suas tentativas de estudar os chopes, vivendo sem grandes problemas entre as populações rurais que estudava. Na África do Sul, onde a agressividade inter-racial crescia em violência na época, teria, sem dúvida, encontrado dificuldades bem maiores.

O estudo que realiza tem ainda uma outra característica que o distingue: enquanto na África do Sul havia, desde a década de 1920, uma brilhante escola de antropólogos sociais anglófonos, que nos legou algumas das figuras centrais da nossa disciplina a nível global, em Moçambique praticamente não se fizeram estudos antropológicos informados pela sofisticação teórica e metodológica que marcou a disciplina nas décadas do pós-guerra. Na verdade, devido à repressão da ditadura salazarista, a antropologia portuguesa colonial que existia era geralmente de baixo nível empírico, mas sobretudo de enorme pobreza teórica. Trabalho valioso terá sido realizado, sem dúvida, mas, se lido à luz dos padrões que caracterizavam a antropologia internacional da época, o seu anacronismo e pobreza analítica são facilmente identificáveis.

Outras tentativas foram feitas para estudar o Sul de Moçambique. O conhecido caso de A. Jorge Dias e da sua equipa não se aplica aqui por se tratar de um povo no distante Norte. As três exceções mais relevantes são, em primeiro lugar, o curto ensaio sobre o trabalho forçado na colónia portuguesa escrito no início da sua carreira pelo mais tarde famoso Marvin Harris (1959). O aguerrido teor político do seu primeiro trabalho publicado, porém, levou as autoridades da ditadura a expulsá-lo e o autor não voltou às lides moçambicanas. Em segundo lugar, a obra da missionária anglicana Dora Earthy (1968 [1933]) sobre as mulheres valenges – uma parte do povo chope –, que é importante etnograficamente, mas pobre teoricamente. Em terceiro lugar, a obra de António Rita-Ferreira (1958, 1960a, 1960b, 1961, 1967-1968, 1972a, 1972b, 1973), que seria mais tarde tão fundamental para a etnografia de Christian Geffray (1990) e à qual David também recorre.

Assim, depois das obras pioneiras e inesquecíveis de Henri Alexandre Junod (especialmente 1911, 1962 [1926-1927]), o estudo de David Webster sobre os chopes é um caso de destaque: uma obra baseada em trabalho de campo com longa e intensa observação participante, com conhecimento da língua local e escrita à luz das correntes antropológicas mais sofisticadas da sua época. O detalhe e a acuidade com que estuda instituições como as vicinalidades, os xarás ou as facções políticas continuam ainda hoje a ser modelares da prática etnográfica em qualquer lugar do mundo. Desde então, não só a guerra civil moçambicana veio alterar profundamente a sociedade rural, como também as ocasiões para a realização de obras antropológicas com este tipo de empenho e profundidade não têm ocorrido.

Por que razões, então, ficou este estudo inédito durante tanto tempo? A história é simultaneamente interessante e trágica. Durante cerca de uma década, David virou-se contra o trabalho académico e opôs-se explicitamente a que o seu estudo fosse publicado. Nos últimos anos da sua vida, porém, retomara já os seus velhos interesses antropológicos e chegara até a escrever artigos baseados num novo estudo de terreno (1986a, 1991). O seu assassinio teve mais esse lado trágico de cortar o reinício da sua obra antropológica.

Na época em que estava a terminar a escrita da obra (1972-1976), David foi meu professor em Joanesburgo, na Universidade do Witwatersrand, onde o nosso orientador comum, W. David Hammond-Tooke, dirigia um excelente departamento de antropologia social. Nessa época, as suas aulas sobre parentesco deixaram tão profundas marcas sobre mim que acabei por fazer do tema um dos interesses dominantes da minha própria carreira. A série de seminários que deu a um pequeno grupo de alunos de pós-graduação, do qual Jonny Clegg e eu próprio fazíamos parte, serviu como inspiração para o bloco de aulas sobre o tema que, durante uma década, eu próprio leccionei no ISCTE, em Lisboa. A descoberta que David então fazia da teoria marxista deixou em mim profundas marcas, assim como a honestidade e humildade intelectual que o compeliavam a não temer o sincretismo teórico – do qual o presente livro dá amplas provas.

Contudo, o nosso último encontro foi marcado por um desentendimento mútuo que, para todo o sempre, ficará na minha memória como uma ocasião premonitória. Tendo terminado um primeiro curso de pós-graduação em Joanesburgo, e verificando que não tinha condições pessoais e familiares para voltar a Moçambique, eu próprio tinha decidido em 1977 continuar os meus estudos na Europa. Em 1981, quando estava já a terminar o doutoramento em Oxford, baseado num estudo etno-

gráfico do campesinato do Noroeste português (1986), voltei a Joanesburgo e fui procurar David Webster – a quem tinha como uma fonte de inspiração pessoal e antropológica.

Na época, porém, David tinha-se convertido totalmente a um marxismo militante muito caracteristicamente sul-africano. Em desespero com a aparentemente inabalável capacidade de sobrevivência do regime repressivo e desumano do *apartheid*, tinha-se convencido de que a militância política era a única actividade eticamente aceitável. As lides académicas, face ao horror em que o seu país estava submerso, pareciam-lhe espúrias, inúteis, tempo perdido.

Mais tarde, David viria a moderar as suas opiniões sobre a matéria, mas naquele momento a força da sua convicção, o empenho da sua revolta, eram profundos. A diatribe que recebi sobre a total inutilidade da actividade a que havia anos me entregava de corpo e alma, largamente por inspiração sua, deixou-me perplexo. Curiosamente, logo ali percebi perfeitamente a natureza da sua dor; por isso o seu questionamento em nada diminuiu a minha dedicação à tarefa antropológica. Para nós, no Portugal pós-25 de Abril, o desespero dos activistas sul-africanos não tinha o mesmo eco.

Na verdade, em Joanesburgo, no início dos anos 80, David realizava o luto do que tinha sido essa grande tradição antropológica anti-segregacionista sul-africana que, naquele momento, face à sobrevivência do *apartheid* e face aos efeitos de isolamento causados pelo boicote académico internacional, parecia ter-se tornado um «discurso sobre nada». Todo o esforço intelectual que os antropólogos anglófonos tinham levado a cabo desde os anos 20 no sentido de expor o preconceito racial, de construir instrumentos de tradução transcultural e de revelar a natureza repressiva e desumana das relações sociais vividas na África colonial (desconstruindo sistematicamente os preconceitos racistas) parecia não ter tido qualquer efeito prático, parecia ter sido um gesto falhado. Face à tragédia humana que se vivia nesse horrível período final do *apartheid* que sucedeu à chacina de Soweto em 1976, não surpreende que os espíritos mais empenhados e, portanto, mais impacientes, como o de David, tenham desesperado.

Tendo sido seu aluno, eu conhecia o teor teórico e até os principais aspectos empíricos da sua obra, mas nunca tinha tido acesso a ela. Fui alertado para a sua existência mais tarde por Hammond-Tooke, que sofria com o facto de uma das melhores obras da última geração de antropólogos sul-africanos – ainda por cima, uma das poucas que existiam sobre Moçambique – ter sido perdida nos mal-entendidos da história. Mais tarde descobri que havia uma cópia no Centro de Estudos Africanos em

Maputo e que colegas, como Peter Fry (2005), que passavam pela África do Sul a caminho do terreno, tinham consultado e apreciado a cópia de Hammond-Tooke. Os parágrafos que este último lhe dedica na sua obra *Imperfect Interpreters: South Africa's Anthropologists 1920-1990* merecem ser aqui transcritos na sua integralidade:

Webster era um excelente trabalhador de terreno, sistemático, altamente competente e com uma personalidade que facilitava imediatamente o contacto com as pessoas que encontrava. A sua competência linguística [em *chiChopi*] foi progredindo até ao ponto em que dispensava intérpretes e fez muitos amigos entre a população local. Treinado nas correntes então vigentes, que sublinhavam a importância das linhagens patrilineares segmentárias como fio condutor da vida social (supostamente um ponto comum a todos os grupos sul-africanos), Webster descobriu que os chopes não se conformavam ao modelo. As linhagens eram de pouca profundidade ou inexistentes e verificava-se uma forte bilateralidade: os parentes do pai e os parentes da mãe tinham quase igual peso na vida de um indivíduo. Na verdade, os chopes eram altamente individualistas, nada oprimidos pelo peso da patrilinealidade. Recorrendo muito à análise das redes, Webster descobriu a existência de facções e conseguiu elucidar quais os círculos efectivos de pessoas com quem um indivíduo interagira em situações distintas. O sistema chope era tal que muitas das relações sociais eram relativamente ténues, facilmente manipuláveis ou descartáveis. Na ausência de grupos de descendência fortes do tipo angone [por exemplo, xhosas, zulus], a forma como as regras eram aplicadas era muito flexível. Ora isto era facilitado por outros arranjos institucionais, em especial por um sistema especial de nomeação [os *xarás*], por amizades especiais e pela ênfase generalizada em parentes laterais, mais do que lineares. Webster escolheu o termo «plasticidade» para caracterizar este tipo de sociedade. Os chopes preocupavam-se em «espalhar os riscos» que constantemente ameaçavam a sua frágil e pequena sociedade.

A sua tese de doutoramento na [Universidade de] Rhodes, intitulada *Parentesco e Entrelajada: Agnatismo, Estruturas Alternativas e Indivíduo na Sociedade Chope*, é uma análise detalhada, sofisticada e inovadora. Recusou-se a permitir que fosse publicada, porém. No decorrer dos anos 70 tinha-se convertido ao marxismo e ao activismo político [...] e sentia que a abordagem a que tinha recorrido no seu trabalho sobre os chopes já não representava a sua posição teórica; na verdade, tinha até dúvidas sobre se a antropologia tradicional tinha ainda qualquer validade na África do Sul do *apartheid*. Era um indivíduo caloroso e preocupado com os outros, um excelente professor, que os alunos idealizavam como se fosse uma espécie de guru. No seu funeral, na Catedral de Santa Maria, em Joanesburgo, reuniram-se milhares de pessoas de todas as raças. Ironicamente, nos anos que precederam a sua morte tinha voltado à investigação antropológica, desta vez em Kosi Bay, no Norte da

Zululândia [fronteira com Moçambique], e estava outra vez a interessar-se por publicar o seu trabalho. O ensaio penetrante sobre etnicidade entre os tongas de Kosi Bay, publicado já após a sua morte, exemplifica bem a excelência do seu trabalho como académico [1997, 97-98].

Tendo eu próprio voltado a Moçambique nos inícios da década de 2000 para dar aulas no Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Eduardo Mondlane, discuti com Hammond-Tooke a raridade de trabalhos etnográficos baseados em observação participante com conhecimento da língua local posteriores a Junod. Ele sugeriu-me que a publicação da obra de David poderia ser uma útil contribuição para a história e a antropologia moçambicanas. Conversas posteriores com Peter Fry, Omar Ribeiro Thomaz, Michel Cahen, Deborah James e José Flávio Teixeira Pimentel convenceram-me da utilidade de disponibilizar em português uma obra cujo relevo para o conhecimento de Moçambique é indubitável mas que, sobretudo, é um marco importante, teórico e empírico, no estudo das relações familiares na África austral. Trata-se de um instrumento pedagógico do mais alto gabarito.

Entretanto, o nosso mentor comum e inicial encorajador, Hammond-Tooke, tinha já falecido. Mas, tendo contactado Glenda Webster – parceira etnográfica de David –, ela mostrou-se muito entusiasmada com o projecto e ofereceu-nos até algum material fotográfico inédito, que constitui um contributo importante para o presente volume. O herdeiro de David, o seu irmão Gavin Webster, hoje residente no Reino Unido, prontamente disponibilizou os direitos e mostrou-se igualmente empenhado. Assim, com o apoio do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, foi possível levar a cabo este projecto.

A decisão de publicar uma tradução em português de um texto inacabado e nunca finalmente revisto pelo autor obrigou-nos a tomar algumas decisões nem sempre fáceis. Em primeiro lugar, encontrámos as dificuldades terminológicas que já nos são tão familiares na tradução para línguas latinas dos termos analíticos desenvolvidos pela antropologia social inglesa (termos como *homestead*, que traduzimos por «domicílio», à falta de melhor, já que as restantes opções envolveriam confusões semânticas; *namesake*, para o qual, felizmente, encontrámos o termo «xará», de origem tupi, que está vulgarizado em Moçambique; ou ainda *work party*, para o qual acabámos por optar por «rancho de trabalho», porque a palavra portuguesa semanticamente mais próxima, «mutirão», também de origem tupi, não é de uso comum nem em Portugal nem em Moçambique). Optámos ainda por manter a grafia do original no que diz res-

peito aos antropónimos e topónimos locais (muitas vezes decorrentes daqueles).

Em segundo lugar, fomos confrontados com um manuscrito que não tinha sido revisto para publicação, pejado de confusões de redacção, com uma alta taxa de repetitividade, frases por vezes incompletas e mesmo alguns erros facilmente detectáveis pela lógica interna do texto. Em particular, foi necessário sistematizar e recriar a maioria dos quadros e figuras – felizmente, a tecnologia informática contemporânea facilitou-nos a tarefa. Tomámos, pois, a opção de corrigir sempre que estávamos seguros do significado que o autor desejava. Nesse sentido, esperamos que a tradução portuguesa seja até mais fácil de ler do que o original.

Em terceiro lugar, e finalmente, o manuscrito contempla algumas longas passagens de levantamento de bibliografia antropológica e de recensão de obras à época recém-publicadas que David escrevera com os examinadores da tese em mente. Passados todos estes anos, estas passagens estavam francamente deslocadas. Face ao seu cariz claramente escolar, tomámos a decisão de as retirar do texto sempre que não tivessem qualquer relevância para a compreensão do argumento (indicando, está claro, essa supressão).<sup>1</sup>

Fica assim disponível para o leitor lusófono uma obra que, estou certo, será não só uma contribuição teórica importante para as ciências sociais realizadas em contextos lusófonos, como um marco etnográfico importante no conhecimento da história de Moçambique.

Resta-me, como responsável pela edição da obra, manifestar o meu agradecimento ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a Gavin Webster e Glenda Webster, pelo seu entusiástico apoio, a Deborah James, pelo seu encorajamento e ajuda, a Catarina Mira, pela sua excelente tradução especializada, e a Omar Ribeiro Thomaz, por mais este conluio antropológico.

João de Pina Cabral  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

---

<sup>1</sup> O leitor interessado nos detalhes dos microdebates teóricos da antropologia africanista de língua inglesa dos meados dos anos 70 terá de consultar o original da tese existente na biblioteca da actual Universidade de Stellenbosch, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ou no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.